

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

AÇÃO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
RECEPTIVO EM SALVADOR: (1985-1992)

DIANA CARDOSO DE JESUS MATOS

ORIENTADOR: LÍVIO ANDRADE WANDERLEY

SALVADOR, 1994

ACÇÃO DO ESTADO NO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
RECEPTIVO EM SALVADOR: (1985-1992)

DIANA CARDOSO DE JESUS MATOS

Monografia apresentada como
pré-requisito para a obtenção
do Grau de Bacharel em Ciências
Econômicas da Universidade Fede-
ral da Bahia.

ORIENTADOR: LÍVIO ANDRADE WANDERLEY

BANCA EXAMINADORA:

LÍVIO ANDRADE WANDERLEY

DEMÓSTHENES FARIS

GUILHERME FURTADO LOPES

SALVADOR - 1994

Dedicatória:

"Aos meus pais e às minhas irmãs".

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é o resultado de um estudo sistematizado sobre o turismo.

No momento em que o Governo do Estado, põe em prática um programa voltado para o desenvolvimento da atividade turística na Bahia, tal estudo, reporta-se a identificar o papel do Estado, no desenvolvimento do turismo receptivo, no período de 1985 - 1992.

As informações trabalhadas tratam das despesas promocionais, da oferta turística e do fluxo turístico, segmentadas nas categorias de turismo hoteleiro classificado, extra-hoteleiro e de turistas nacionais e estrangeiros.

A oferta turística é considerada a variável mais abrangente, e indutora do comportamento das demais variáveis.

Trata-se de um estudo voltado para a análise puramente econômica dos fatos, limitando-se ao problema específico, de modo que, encontra-se desvinculado dos aspectos de natureza distinta, procurando, portanto, não fazer levantamento de caráter mais geral.

Os fatos foram observados de forma indireta, através da consulta bibliográfica-documental. Foram consultados: livros, artigos editados em jornais e revistas, documentos editados por órgãos públicos e entrevistas informais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. ASPECTOS GERAIS DO TURISMO.....	3
2. AÇÃO GOVERNAMENTAL AO TURISMO EM SALVADOR.....	10
2.1 Aspectos históricos da ação estatal.....	10
2.2 Importância do planejamento turístico.....	14
3. O TURISMO RECEPTIVO EM SALVADOR: 1985 - 1992.....	18
3.1 Fluxo Turístico.....	18
3.2 Oferta Turística.....	25
3.3 Gastos do Governo Estadual em Turismo.....	30
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
ANEXOS.....	42

INTRODUÇÃO

Atividade marcante do século XX, o turismo constituiu-se no deslocamento de pessoas, visitando locais diferentes de onde residem e motivadas pelos mais variados interesses. Tal deslocamento é reconhecido como fluxo turístico.

O aumento do fluxo turístico está associado às condições da oferta turística, portanto, os investimentos realizados na melhoria dessa oferta provocam impactos, observados no aumento do fluxo de pessoas que vêm à Salvador motivadas pela imagem positiva da cidade.

Apesar do potencial que possui como cidade turística, o turismo receptivo em Salvador apresentou um movimento oscilatório durante o período de 1985 a 1992, sendo 1986 o ano de maior desempenho. Nos anos subsequentes passou-se a registrar índices bastante inferiores, em termos de fluxo turístico, só voltando a crescer nos anos de 1991-1992.

Considerando-se que o desenvolvimento do turismo receptivo requer a existência de condições adequadas da oferta turística e cabendo ao Estado a criação de tais condições, o presente trabalho chega a uma conclusão sobre a ação governamental. Portanto, ao longo do período em estudo, são abordadas algumas iniciativas governamentais que levaram à recuperação do fraco desem-

penho turístico no período subsequente à crise. Este trabalho está estruturado em três capítulos:

- O primeiro, reporta-se sobre os aspectos gerais do turismo;
- O segundo, faz-se um levantamento dos aspectos históricos da ação governamental para o turismo de Salvador e uma análise da sua importância;
- O terceiro, aborda uma relação entre gastos governamentais em promoção e o fluxo turístico em Salvador.

1. ASPECTOS GERAIS DO TURISMO

Turismo é o deslocamento temporário de pessoas, isoladas ou em grupos, buscando satisfazer seus interesses, permitindo o intercâmbio de cultura e união entre pessoas de diferentes localidades, nacionais e estrangeiras.

Tal deslocamento denominado fluxo turístico, é um fato recente, característico do século XX, que pode ser associado à inovação dos meios de transporte, à revolução industrial, proporcionando viagens mais rápidas, permitindo maior tempo livre para o lazer e atendendo as necessidades que as pessoas sentem de viajar, livrando-se da rotina vivida nos grandes centros urbanos.

Como o turismo não é demandado apenas como meio de lazer, LEITE (1986, p. 67), classifica-o da seguinte forma:

- Turismo recreacional ou voltado para o lazer: praticado como regenerador da capacidade mental e física, na recuperação do cansaço motivado pelo trabalho.

- Turismo cultural: compreende visitas a feiras, exposições, eventos culturais, lugares dotados de beleza arquitetônica, escavações arqueológicas e outros lugares afins. O turismo também expressa gosto pela cultura e por conhecer o modo de vida de outros povos.

- Turismo de saúde: tem como objetivo atender às necessidades de tratamento médico, exigindo condições especiais ligadas à higiene, silêncio e um razoável nível de vida;

- Turismo esportivo: objetiva a prática de esportes e "hobbies" como: pescar, caçar, esqui, caminhar e excursionar;

- Turismo de Congresso: requer uma infra-estrutura como apoio a reuniões científicas, profissionais e até mesmo políticas, sendo, também, imprescindíveis outros elementos como localização geográfica, clima, disponibilidade de meios de transportes e de comunicação.

Os participantes de congresso, além das atividades principais ligadas às que se dedicam, esperam contar com atrações referentes à excursão, compras, atrações folclóricas e visitações a lugares históricos.

O termo **turista**, deve ser interpretado como qualquer pessoa que viaje por um período mínimo de 24 horas e máximo de 6 meses no mesmo ano, no próprio país ou em outro no qual não resida. Desse modo, excluem-se as pessoas que fixam residência, os estudantes estrangeiros ou provenientes de localidades nacionais e as pessoas que exerçam atividade no local receptor.

Cada pessoa é um turista em potencial que se transforma

em turista real, em função do surgimento de certos elementos motivadores que influenciam a demanda turística, como a publicidade e a propaganda. Esses elementos são capazes de influenciar na decisão do consumidor; as condições econômicas, que envolvem a renda e o custo da viagem, os recursos turísticos, relacionados à oferta e que abrangem as condições ambientais (ecologia, beleza natural, clima, etc.); a arquitetura local, os aspectos culturais; os serviços e equipamentos como: transportes, comunicações, casas de lazer (bares, boates etc.) e o período de férias. Com o avanço tecnológico e conseqüente redução da jornada de trabalho, sobra tempo disponível para a busca do lazer e entretenimento onde se incluem as viagens. Por outro lado, as pessoas das grandes cidades procuram escapar do seu meio ambiente tenso e hostil, buscando lugares onde possam descansar de modo saudável.

Entre os diversos aspectos do turismo, estão a sua importância sociológica, cultural e econômica.

Em relação à importância sociológica, nota-se que as pessoas ao se deslocarem do local onde residem para um outro lugar, levam os seus costumes, ética, sistemas de valores, concepções sociais, absorvendo outras características do lugar visitado. O que não deixa de significar um intercâmbio, uma integração e, até certo ponto, um enriquecimento mútuo. No entanto, as conseqüências dessa integração poderão ter implicações negativas,

tais como: afetar os bons costumes; intervir nas estruturas sociais e dentre outras. Isto requer muito cuidado por parte das entidades que promovem o turismo e também do sistema de acompanhamento a cargo dos órgãos governamentais, embora reconheça-se que, muitas vezes, não seja possível se fazer esse controle.

Do mesmo modo que o país emissor pode ficar prejudicado nesse tipo de intercâmbio, o mesmo pode acontecer com o país receptor se ocorrerem tipos de comportamentos que possam ferir a integridade física do turista, visto que, problemas dessa natureza, se gerados, repercutirão em termos de má publicidade, que redundaria em declínio do fluxo turístico local.

Do ponto de vista cultural, o turismo tem contribuído muito para o enriquecimento à nível mundial. Os turistas entram em contato com diferentes formas de civilização e com diversas manifestações culturais.

Em relação aos países receptores, os fluxos turísticos provocam, até certo ponto, redescoberta, revitalização de manifestações folclóricas, enriquecimento de formas artesanais, de práticas culinárias, que muitas vezes não são devidamente valorizadas pelas populações locais. Contribuem também para o despertar de uma conscientização em prol da preservação do meio ambiente; dos monumentos históricos; da melhoria da infra-estrutura urbana e de outros programas.

Quanto à magnitude econômica do turismo, já está bastante comprovado, segundo PALOMO (1985, P.66): "o turismo, através do seu aspecto de consumo e investimento, afeta diversos setores do sistema econômico de um determinado país, e seu efeito multiplicador chega a ser mais alto do que o observado em outros setores da economia, tais como a indústria".

Situando o estudo no contexto macroeconômico, pode-se apreender uma variedade de efeitos diretos e indiretos. Os efeitos diretos situam-se no âmbito do Balanço de Pagamentos, emprego e renda. Quanto ao Balanço de Pagamentos, tem-se o registro do item turismo representando uma dupla entrada sistemática em que figuram todas as transações entre o país considerado em relação a todos os demais. Um bom desempenho turístico de um país pode expandir as suas receitas, e compensar assim, o déficit de seu Balanço de Pagamento. O impacto no aumento do emprego se dá em todos os setores da economia, e maior ainda nas atividades diretamente ligadas às atividades turísticas, como: hotelaria, colônias de férias, pensões, apart hotéis, restaurantes, bares, cafés, casas de diversão de todo gênero, agências de viagens, companhias aéreas e marítimas, empresas de ônibus, comércio artesanal e setor de diversões. Como ilustração da importância econômica desta atividade tem-se a seguinte citação de LEITE (1986, p.83): "Para se ter uma idéia, em 1970, apesar de existir uma polêmica a respeito do assunto, estudos procedidos do México, indicam que a quantidade relativa de empregos criados por cada unidade de capi-

tal investido, foi mais elevado no turismo do que na maioria das outras atividades econômicas do setor privado".

Apesar do peso da atividade turística como fonte geradora de renda e emprego, apreende-se uma controvérsia que pode ser sintetizada na colocação de KRIPPENDORF (1989, p.14): "no setor turístico, a maioria dos empregos não tem nada de atraente. As condições de trabalho são rigorosas: horas extras, horários irregulares, sobrecarga de trabalho de acordo com as estações do ano e movimentação turística, e comprometimento pessoal em favor do cliente. Ademais os salários são inferiores à média. As opções profissionais e a possibilidade de carreira são restritas. Muitas atividades não são qualificadas e são socialmente desfavorecidas, como os trabalhos efetuados nos bastidores dos hotéis, sejam na cozinha ou nos quartos".

Contudo, em países ou regiões subdesenvolvidas ou em via de desenvolvimento, onde o problema do desemprego é de natureza estrutural, prevalecendo um baixo nível de vida, "qualquer" tipo de emprego é melhor do que nenhum, desde que propicie um certo grau de participação econômica ativa por parte da população receptora do fluxo turístico.

Quanto ao efeito na distribuição de renda, o estímulo para o desenvolvimento do turismo como atividade capaz de gerar renda, pode ser implantado num programa de crescimento econômico

do país. Deve-se levar em conta, portanto, as reais potencialidades e vocações desse país, para se implantar um programa de desenvolvimento.

No que tange aos efeitos indiretos da atividade turística na economia, o referencial teórico é o estudo de multiplicadores. O efeito multiplicador ocorre devido aos gastos efetuados pelos turistas, durante sua permanência no local receptor. Estes gastos são provenientes das despesas com hospedagem, diversão de modo geral, artesanato, transporte, alimentação, comunicação e outras.

A unidade monetária recebida em cada uma destas atividades gera várias transações. Tal efeito é muito variado dependendo da dimensão geográfico-econômica do país ou região (para um maior tamanho, maiores efeitos) e de uma série de efeitos econômicos induzidos ou originais que, em qualquer caso, são facilmente alteráveis. Haja vista que, os efeitos inflacionários da demanda e a relativa rigidez da oferta, poderia anular os efeitos multiplicadores que se produzem à nível de renda, não de capacidade de compra. O turismo atua indiretamente como um fator de expansão para o mercado de certos produtos (agrícolas, bebidas, etc.) não tão típicos, mas que são consumidos durante a permanência dos demandantes desta atividade. Observa-se ainda, um efeito indireto na renda do Estado, através do aumento da arrecadação dos impostos diretos e indiretos.

2. AÇÃO GOVERNAMENTAL AO TURISMO EM SALVADOR

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA AÇÃO ESTATAL

O reconhecimento de que Salvador poderia se tornar um importante centro turístico vem da década de 50, quando algumas ações foram implementadas, visando dotar a cidade de condições satisfatórias para que o turismo se desenvolvesse. Portanto, foram criados a Diretoria e o Conselho Municipal de Turismo, bem como realizado o III Congresso Nacional de Turismo, dotando a cidade de seu primeiro Plano Diretor para executar uma política turística, sendo este também o primeiro do País.

No entanto, a proposta de industrialização do estado, desviou a atenção do governo da atividade turística e os esforços dos investimentos governamentais concentraram-se, fundamentalmente, no processo de industrialização, ficando o turismo relegado ao último plano no contexto da economia de Salvador e de todo o Estado.

O Plano Diretor, criado em 1954, não conseguia atuar nas insuficiências das infra-estruturas requeridas para o desenvolvimento da atividade turística como: rede de hotéis, vias de acesso rodoviário, mão-de-obra especializada pelo setor, dentre outras.

A atuação concreta do Governo do Estado na atividade turística só veio acontecer a partir de finais da década de 60, com a criação da Bahiatursa visando, inicialmente, apenas a concessão de benefícios fiscais para o fomento do parque hoteleiro. O planejamento turístico era voltado para implantação da oferta hoteleira, representando assim, o maior investimento realizado pelo Governo do Estado, nas décadas de 60 a 70, para estimular o desenvolvimento do turismo receptivo na cidade. Nesse período era crescente o fluxo de pessoas que vinham à Salvador, por motivo de negócios, atraídas pela implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari.

Em 1970, foi criado o I Plano de Turismo do Recôncavo (I-PTR), derivado de uma linha de ação sugerida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que na época coordenava uma missão na Bahia. Tendo em vista o desenvolvimento do turismo receptivo, o Plano foi concebido dentro de uma linha de ações, visando: equipar o parque hoteleiro notadamente para atender a demanda da classe média; preservar o patrimônio histórico-cultural e reordenar a infra-estrutura urbana da cidade.

Segundo informações da Bahiatursa, o Setor contou com o apoio financeiro do Desenbanco, que atua como órgão repassador dos recursos pertencentes ao BNDES e ao Estado. Com a concessão de linhas de financiamento foram construídos hotéis de alto padrão, como o Meridien, Bahia Othon, Ondina Praia Hotel e outros.

Até então o turismo era visto como um negócio individual, quase que restrito à hotelaria sem nenhuma ligação direta com os setores vinculados à cultura, lazer e desenvolvimento urbano/ambiental. Faltava uma política de lazer, que sempre se resumia à praia. Em termos de cultura, faltavam projetos e incentivos às atividades artístico-culturais. Fazia-se necessário estimular a iniciativa privada, para adequar e investir em serviços, como agências de viagem, restaurantes, casas de espetáculo e de artesanato, ficando para o estado a responsabilidade do investimento mais pesado em estradas e infra-estrutura básica urbana.

Na prática, poucos projetos do I PTR, foram aproveitados como a construção do Centro de Convenções, o Ferry-Boat e o Projeto Orla. O Plano em sua maior parte foi arquivado e esquecido, segundo ALBAN (1990, p.56).

Mesmo sofrendo a ausência de uma política que desenvolvesse melhor seu potencial, o turismo receptivo em Salvador, na primeira metade da década de 80, representou, em termos de fluxo, o primeiro pólo turístico do Nordeste e o segundo do País, perdendo somente para o Rio de Janeiro.

Segundo a Bahiatursa, apesar da crise do setor - reflexo do descaso do governo e das restrições nas condições de crédito para investimentos na área de turismo - observou-se uma expansão da rede hoteleira, que passou de 35 para 47 hotéis, dentre os classificados na Bahiatursa, conforme verifica-se na Tabela 1.

TABELA 1
 EVOLUÇÃO DA OFERTA DE MEIOS DE HOSPEDAGEM CLASSIFICADOS
 SALVADOR - 1980/1990

CATEGORIA	1980	1985	1990	%85/80	%90/80	%90/85
CLASSIFICADOS	35	41	47	17,14	34,29	14,63
5 ESTRELAS	3	6	5	100,00	66,67	-16,67
4 ESTRELAS	5	6	7	20,00	40,00	16,67
3 ESTRELAS	9	13	19	44,44	11,11	46,15
2 ESTRELAS	13	11	11	-15,38	-15,38	0,00
1 ESTRELA	5	5	5	0,00	0,00	0,00

FONTE: SILVA (1991) e dados da Bahiatursa

Na década de 80, certos esforços foram implementados através de algumas ações do Governo, abrangendo recursos da União e do próprio Tesouro do Estado, além de empréstimos levantados juntos ao BIRD e operações de crédito interno, no sentido de explorar e dinamizar o turismo receptivo em Salvador.

2.2 IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO

A conscientização da importância social, cultural e econômica da atividade turística, tem estimulado governos de todo o mundo a destinar recursos financeiros e a uma participação maior nas atividades turísticas.

Nos países como Itália e Espanha, onde o turismo é explorado de maneira eficiente, comprova-se que é uma atividade econômica, fonte geradora de renda e emprego; "segundo as estimativas da OMT - Organização Mundial do Turismo, representa um negócio rentável de 500 bilhões de dólares anuais à nível mundial". (ALBAN, 1990, p.53)

Pela magnitude social e econômica da atividade turística, cabe à ação estatal promover o disciplinamento, a orientação e fiscalização das ações implementadas nesse setor.

É a existência de atrativos naturais e culturais que desperta o interesse de visitação, compondo assim, a oferta turística. Desta forma, o seu uso deve ser regulado, visando evitar sua degradação, sendo necessária a ação do Estado, disciplinando esse uso, de modo que permita a conservação dos equipamentos turísticos, sem a perda das características básicas de atratividade. Um aproveitamento irracional e desregulado das potencialida-

des turísticas, ocasiona uma série de efeitos negativos, como: a degradação do patrimônio histórico-cultural; o uso especulativo e inadequado do solo; a degradação dos recursos naturais; o aumento abusivo dos preços dos produtos vendidos localmente, em função do aumento da demanda, dentre outros. Daí a necessidade da implementação de uma política que norteie o desenvolvimento do turismo.

É condição essencial para que o desenvolvimento do turismo se concretize a existência de serviços básicos, como energia, água, esgoto e comunicação, que são essencialmente de natureza pública, sendo implantados e operados diretamente a uma estrutura de serviços específicos (hospedagem, alimentação, entretenimento, etc.), que são preponderantemente privados, ainda que dependam de autorização governamental, como é o caso dos transportes rodoviários e urbanos. Quando inexiste uma estrutura adequada de serviços específicos é comum a instituição de mecanismos de apoio, de modo a otimizar a estrutura como um todo.

Em Salvador, foram adotados mecanismos de espécie, objetivando induzir investimentos em hotelaria, que na época era o serviço mais precário para o desenvolvimento do turismo. Os investimentos por parte do Governo do Estado a esse tipo de serviço - hotelaria - se deram através de incentivos fiscais, que consistiam em isenção ou redução de ICM'S. Ao conceder tais incentivos, o Estado no primeiro momento, deixa de receber valores aos

quais teria direito, já que consiste em isenção ou redução de tributos. Isso fundamenta-se na expectativa de que a implantação da atividade incentivada acarrete, em um segundo momento, no retorno desses valores. Como afirma FERRAZ (1992, p.69) "não se trata, por si só, de mecanismos de favor, mas de instrumento que pode, perfeitamente, ser mensurado ao longo de um processo induzido de desenvolvimento de um determinado setor".

A demanda turística nasce da iniciativa privada, o que não ocorre com a oferta a qual depende da atuação do estado, isso porque a iniciativa privada não possui condições de produzir de uma maneira direta, o equilíbrio dinâmico que o turismo exige. Corresponde ao Estado intervir, desempenhando as funções de: coordenador - encarregando-se da elaboração e implementação de uma política para exploração da atividade turística; normativa - através da formulação de leis e regulamentos específicos; planejador - cabendo-lhe a explicitação de um plano que permita a integração do turismo no planejamento global, exigindo conhecimento prévio de possibilidades, fixação de metas e atuação para o desenvolvimento econômico-social e financiador - custeando grandes planos e a necessária infra-estrutura básica, podendo, subsidiária ou complementarmente, promover a criação de unidades turísticas, visando atrair a iniciativa privada.

As ações dos agentes públicos, cabem à construção e modernização de aeroportos; melhoria de obras públicas infra-estru-

turais; remodelação de portos para aproveitamento turístico; conservação do patrimônio histórico-arquitetônico; publicação de estatísticas e informação turísticas, que sirvam de balanço da situação, de orientação do futuro e promoção de uma conscientização pública voltada para o desempenho do setor turístico.

3. O TURISMO RECEPTIVO EM SALVADOR: 1985 - 1992

3.1 FLUXO TURÍSTICO

As informações referentes às categorias de turismo hoteleiro e extra-hoteleiro, não classificados na Bahiatursa, comportam aproximações que prejudicam o grau de certeza em relação à compilação de suas análises, o mesmo ocorrendo com as informações correspondentes à receita gerada pelo setor. Os dados relativos à oferta e ao fluxo na categoria do turismo hoteleiro classificado, permitem um nível de segurança maior, pelas condições favoráveis à adoção de procedimentos mais criteriosos por parte da Bahiatursa. Este fato pode ser registrado através de levantamentos estatísticos do fluxo turístico, que é realizado por órgão oficial do Estado, através das informações fornecidas pelos hotéis classificados, extraídas das Fichas Nacionais de Registro de Hóspedes (FNRH's), dos Boletins de Ocupação Hoteleira (BOH's) e pelos questionários aplicados nos principais postos de entrada e saída desse fluxo, de onde se tem o número do fluxo global⁽¹⁾.

Analisando o comportamento do fluxo turístico em Salvador, os dados da tabela 2, permitem observar o movimento oscilatório desse fluxo em hotéis classificados, no período de 1985 a

(1) Vide anexos 1 e 2.

1992. O fluxo médio no período apresentou um total de 310.479 ao ano, para um mínimo de 258.960 em 1990 e um máximo, em 1986, de 381.760. A queda acentuada em 1990 foi de 20,6% em relação a 1989 que registrou uma recuperação de 6,6%. A recuperação em 1991 foi de 4,8% em relação a 1990 e de 7% em 1992 com relação a 1991. Quanto ao não classificado, o fluxo médio no período foi 107,8. O turismo extra-hoteleiro é responsável por 63,1% do fluxo global. Sendo que, cerca de 60,7% deste segmento corresponde a turistas nacionais, com 2,4% cabendo a turistas estrangeiros. Dentro do turismo hoteleiro classificado, os nacionais respondem por 21,3% do fluxo, referindo-se os restantes 6,0% a estrangeiros. (Tabela 2 e gráfico 1).

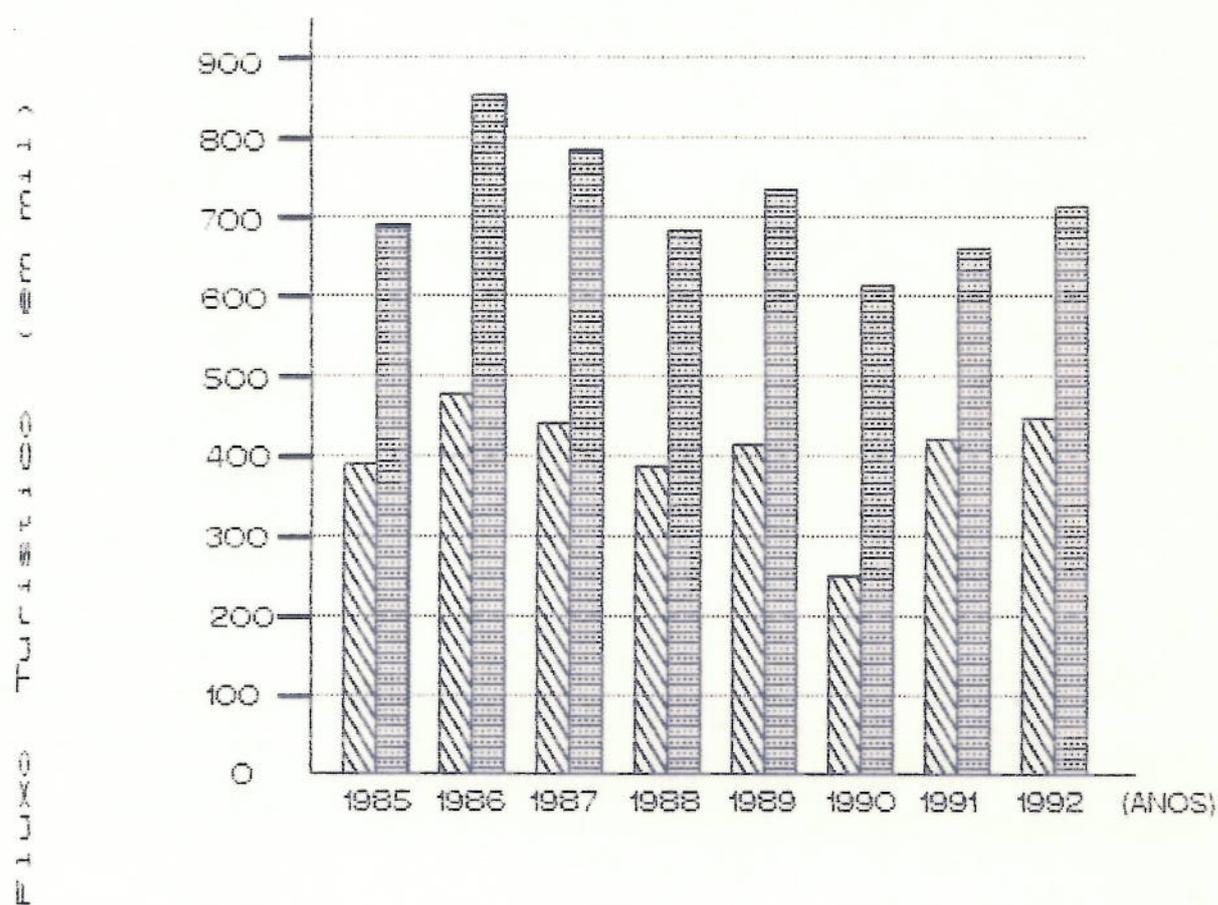
TABELA 2
FLUXO TURÍSTICO GLOBAL (1)
SALVADOR - 1985/1992 (em 000)

CATEGORIA	ANOS								FLUXO MÉDIO	PARTICIPAÇÃO NO FLUXO MÉDIO (%)
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992		
HOTELEIRO	391,4	487,1	440,3	390,8	420,5	256,7	419,9	443,9	418,2	36,9
CLASSIFICADO	305,7	381,7	343,4	306,0	326,0	258,9	271,4	290,4	310,4	27,3
NACIONAL	240,1	301,6	269,6	232,5	256,9	204,9	207,4	221,9	241,8	21,3
ESTRANGEIRO	65,6	80,1	73,8	73,5	69,1	54,0	64,0	68,5	68,6	6,0
N/CLASSIFICADO	85,7	105,4	97,2	84,8	94,5	97,8	143,5	153,5	107,8	9,5
NACIONAL	74,3	91,9	84,2	73,6	69,5	71,9	84,4	90,3	80,0	7,0
ESTRANGEIRO	11,4	13,5	13,0	11,2	25,0	25,9	59,1	63,2	27,8	2,4
EXTRA-HOTELEIRO	692,5	853,0	783,8	687,0	731,0	602,3	667,1	713,8	716,4	63,1
NACIONAL	679,3	837,2	768,7	674,1	708,4	583,1	608,2	650,8	688,7	60,7
ESTRANGEIRO	13,2	15,8	15,0	12,9	23,3	19,2	58,9	63,0	27,7	2,4
TOTAL	1083,9	1340,1	1224,1	1077,8	1152,2	959,0	1082,0	1157,7	1134,6	100,0

Fonte: Dados da Bahiatursa citados em BAHIA, An. & Dados, CEI, V.3,1993

Nota: (1) Incluso o Club Mediterranee.

GRÁFICO 1



Fonte: Elaborado com base nos dados da Tabela 2.

 Segmento hoteleiro: Classificado e não classificado.

 Segmento Extra-Hoteleiro.

A taxa de ocupação mensal de unidade habitacional, dos meios de hospedagens classificados, é relativamente baixa, em média de 44,7% ao ano, apresentando um grau de sazonalidade bastante definido. A permanência média correspondente a 3,5% dias, comportamento quase constante durante o período de 1985 a 1992⁽²⁾.

O auge do fluxo turístico em 1986 deveu-se ao Plano Cruzado, que proporcionou uma expansão salarial em termos reais, e a uma recuperação do poder de compra da nova moeda brasileira, aumentando assim, sensivelmente, o fluxo de turistas nacionais.

Segundo a Bahiatursa, a partir das informações divulgadas pelo setor hoteleiro classificado e não classificado, no período de alta estação do início de 1991, a taxa de ocupação situou-se em torno dos 60%, excluindo o período do carnaval, quando o movimento de hospedagem, em alguns hotéis, foi da ordem de 100%. Este percentual de recuperação da rede hoteleira foi sinalizado em função do congelamento das tarifas hoteleiras, da concessão de descontos nas mesmas, do receio da população em investir em poupança e do congelamento das tarifas hoteleiras de janeiro a junho de 1991.

Quanto à receita gerada pelos gastos totais dos turistas, pode-se visualizar na tabela 3, que a partir de 1987 houve um declínio da receita gerada no Setor, em função da queda do fluxo. A receita média no período de 1985 a 1992 foi da ordem de US\$ 157,3 milhões, registrando um mínimo de US\$ 134,1 milhões em 1990 e um máximo de US\$ 193,4 milhões em 1992.

(2) Permanência média mensal, nos meios de hospedagem classificados, ilustrada no anexo 3.

TABELA 3
RECEITA TURÍSTICA GLOBAL E DO SEGMENTO HOTELEIRO CLASSIFICADO⁽¹⁾
SALVADOR - 1985/1992

ANO	RECEITA			
	GLOBAL		HOTÉIS CLASSIFICADOS (1)	
	US\$ 1.000	ÍNDICE	US\$ 1.000	ÍNDICE
1985	140.151	100,0	42.742	100,0
1986	173.179	123,5	53.224	124,5
1987	158.274	112,9	47.998	112,3
1988	139.995	99,9	43.411	101,6
1989	169.047	120,6	45.533	106,6
1990	134.108	95,7	36.023	84,3
1991	150.308	107,3	45.092	105,5
1992	193.430	138,1	58.029	135,8
MÉDIA ANUAL	157.303	4,8	46.506	4,5

Fonte: BAHIA, Ar. & Dados, CEI, V.3. n.3,1993

Nota: (1) Obtida pelo produto do fluxo anual, pela permanência média e pelo gasto médio diário individual, segundo local de residência, derivados da comparação entre as pesquisas de turismo receptivo.

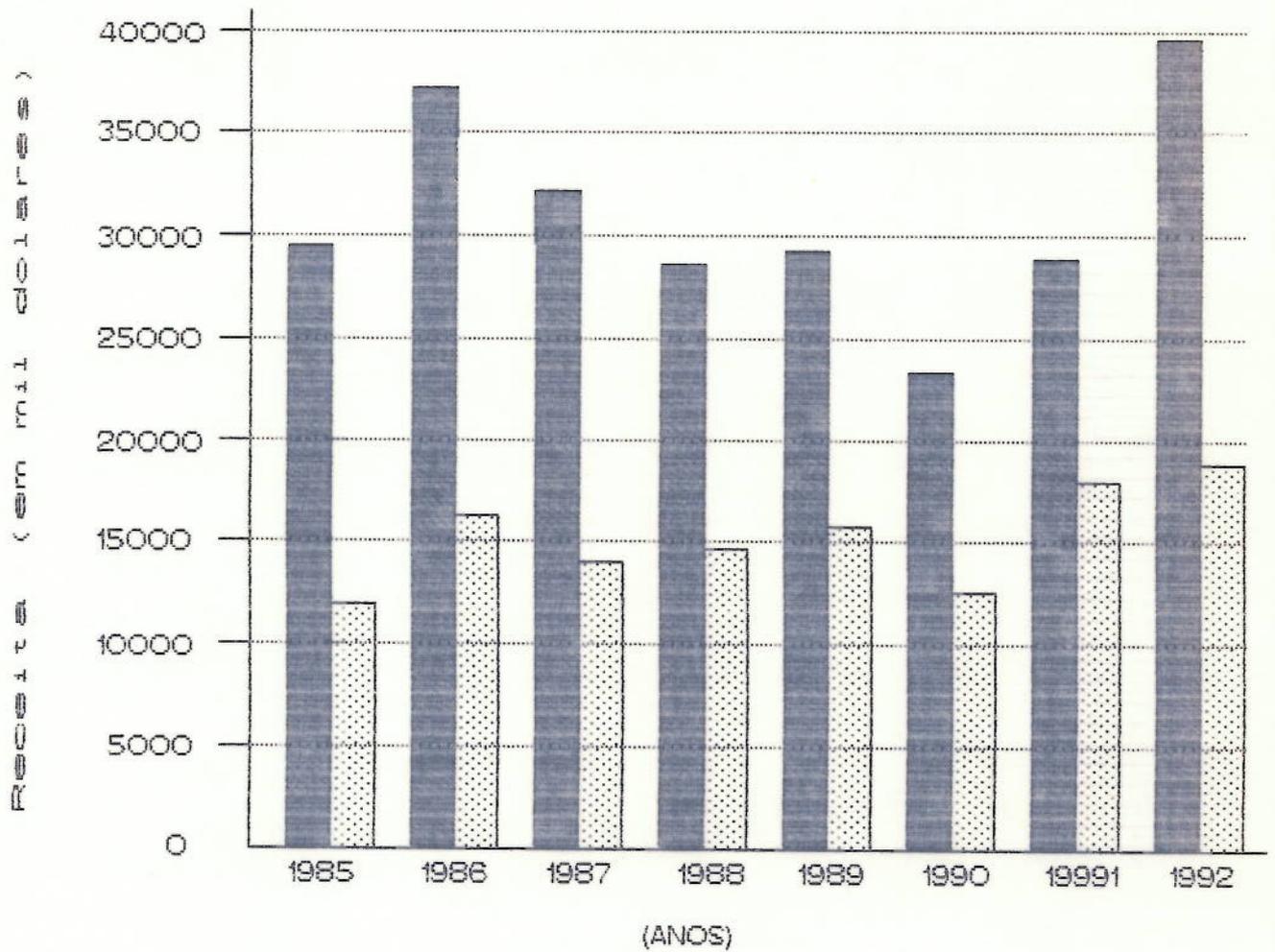
Analisando a participação dos turistas nacionais e estrangeiros na receita total, observa-se uma maior participação dos turistas nacionais em relação aos estrangeiros, no período de 1985 a 1992, em função do número de turistas nacionais ser mais significativo que os estrangeiros. (Tabela 4 e gráfico 2).

TABELA 4
 RECEITA PROVENIENTE DE HÓSPEDES NACIONAIS E INTERNACIONAIS REGIS-
 TRADOS NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM CLASSIFICADOS.
 SALVADOR - 1985/1992.
 (EM US\$ MIL)

ANOS	NACIONAIS	%	ESTRANGEIROS	%	TOTAL
1985	29.450	68,9	13.293	31,1	42.742
1986	36.990	69,5	16.233	30,5	53.224
1987	33.118	69,0	14.879	31,0	47.998
1988	28.521	65,7	14.890	34,3	43.411
1989	29.369	64,5	16.164	35,5	45.533
1990	23.523	65,3	12.500	34,7	36.023
1991	29.310	65,0	15.782	35,0	45.092
1992	39.924	68,8	18.105	31,2	58.029
MÉDIA	31.275	67,1	15.231	32,9	46.506

Fonte: BAHIA, An & Dados, CEI, V.3, n.2, 1993

GRÁFICO 2



Fonte: Elaborado com base nos dados da Tabela 4.



3.2 OFERTA TURÍSTICA

A formação de uma infra-estrutura turística surge como uma necessidade e, portanto, torna-se viável esta atividade. Caracteriza-se por ser basicamente uma oferta de bens e serviços que implica no fato de ser o consumidor quem se desloca à sua procura.

Na década de 80, o turismo de Salvador não possuía uma ligação direta com os setores vinculados à cultura, lazer e desenvolvimento urbano. Era voltado basicamente para a dinâmica do setor hoteleiro, que contava com os recursos subsidiados pela EMBRATUR-FUNGETUR. De acordo com a tabela 1, verifica-se que nesta década, Salvador figurou com uma posição de primeiro lugar em parque hoteleiro da região Nordeste e terceiro do Brasil, equipado com: 5 hotéis cinco estrelas, 7 de quatro, 19 de três, 11 de duas e 5 uma estrela, correspondendo a cerca de 4.000 unidades habitacionais e 8.000 leitos⁽³⁾.

A partir de 1991, as ações do Governo do Estado, voltam a estimular a participação do empresariado no setor turístico, na criação de uma diversificada estrutura de lazer, em equipamentos e serviços que atendam à demanda não só dos visitantes, mas de toda a população local.

(3) Vide pág. 13

Entre os principais aspectos em que o Estado tem atuado e que se caracteriza como oferta turística de Salvador, evidencia-se: o Centro de Convenções, a rede hoteleira, a orla marítima, o Patrimônio Histórico-Cultural - Pelourinho, o Parque Ecológico do Abaeté, etc.

O Centro de Convenções representa um grande equipamento turístico e, através das atividades e negócios nele promovidos, ocupa uma posição de destaque e relevância na atração de turistas para a cidade. Haja vista que, o Governo do Estado, em suas estratégias para dar um novo impulso ao turismo receptivo, investiu em sua reforma, reequipando-o técnica e fisicamente, segundo informação da Bahiatursa. Dentro dessa estratégia, o Centro de Convenções contribuiu, não só, para o aumento do fluxo turístico na cidade, mas também, para resolver o problema da sazonalidade deste fluxo, durante o ano, através da promoção e divulgação de congressos, eventos artísticos e culturais, uma vez que o turismo em Salvador é fortemente influenciado pelo potencial econômico do Estado.

A rede hoteleira constitui-se em um conjunto de instalações básicas sem as quais o turismo não existiria, sendo, portanto, construídas quase exclusivamente para atender a esta demanda. Embora tenha um caráter preponderantemente privado, sempre

dependeu de incentivos governamentais, como os verificados nas décadas de 70-80, através da concessão de empréstimos às taxas de juros subsidiados, isenção e/ou redução de impostos, etc. Representou, desse modo, o maior investimento realizado pelo Estado, para o desenvolvimento do turismo e também a mais relevante participação do empresariado na criação de uma estrutura de serviços à esta atividade em Salvador. A maioria dos hotéis de alto padrão foi construída neste período e hoje a cidade possui um dos melhores serviços e equipamentos hoteleiros do Brasil, capaz de atender à demanda mais exigente.

Segundo informações extraídas das seis últimas pesquisas, realizadas pela Bahiatursa, pouco mais de 30% dos usuários de hotéis têm suas viagens motivadas por negócios. Tanto os turistas nacionais como os estrangeiros, em sua maioria, são motivados pela busca de lazer, correspondendo a mais de 52% dos nacionais e quase 90% dos estrangeiros. Portanto, consideram-se as opções e condições dos equipamentos de lazer disponíveis, responsáveis pela atração de fluxo desses visitantes. As praias e o patrimônio histórico-cultural são o centro de atração dos turistas potenciais e reais de Salvador. Em função de tal reconhecimento, pode-se apreender a importância do embelezamento da orla marítima que compreende aproximadamente 40 km de praias, constituindo mais um atrativo de turistas para a cidade.

O Parque Histórico de Salvador constitui-se em Igrejas, Museus, Fortes e o Pelourinho, este último tombado pela UNESCO em 03/12/85, como Patrimônio Histórico Cultural da Humanidade, abrange uma área onde estão situados 351 imóveis, construídos nos séculos XVIII e XIX. Representa grande atrativo turístico porque, além de ser considerado um dos mais importantes conjuntos coloniais da América Latina, em termos de beleza arquitetônica, retrata a história de um povo. Portanto, exerce grande motivação sobre o turista, levando-o a conhecer de perto os locais onde ocorreram importantes fatos históricos.

Um outro atrativo turístico de Salvador que deve ser destacado é o Parque Metropolitano do Abaeté. Compreende 1.200 hectares de areal, dunas de areia branca, que surgiram há aproximadamente 30.000 anos, segundo informações da CONDER - Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. Considerado o mais relevante parque natural da Bahia, por seu valor ecológico, paisagístico, cultural e, portanto, turístico.

Ao longo da década de 80 o parque sofreu um processo de degradação de toda natureza. Hoje, através de um novo decreto do Governo do Estado estabelecendo os limites de proteção ambiental, as dunas foram transformadas em parque, fiscalizado pela CONDER, que aciona o CRA - Centro de Recursos Ambientais em casos de atentado.

Diante de alguns exemplos dos equipamentos turísticos, observa-se o potencial de Salvador para a exploração da dinâmica

da Atividade Turística, sendo sua recuperação e conservação de fundamental importância como um dos itens do planejamento governamental.

Como ilustração da qualidade da oferta turística de Salvador, verifica-se, através de pesquisas realizadas pela BAHIA-TURSA, de acordo com a tabela 5, que os turistas da cidade apontaram como pontos negativos: a higiene da cidade, a segurança pública, os preços e serviços praticados pelos motoristas de táxi e o sistema de transporte urbano. Estes pontos formam uma imagem negativa da cidade, que é passada a outros possíveis visitantes, prejudicando, conseqüentemente, o turismo. Entretanto, de nada adianta mascarar a realidade através de folhetos de propaganda turística, visto que, ao constatar-se a realidade a decepção será maior o visitante.

TABELA 5
TURISMO RECEPTIVO - AVALIAÇÃO DOS ATRIBUTOS TURÍSTICOS DE
SALVADOR.
FEV/92

ESPECIFICAÇÃO	AVALIAÇÃO BOM E ÓTIMO
Avaliação dos atrativos naturais	91,22
Recepção e hospitalidade	85,33
Atrativos históricos e culturais	80,62
Meios de hospedagem	60,67
Bares e restaurantes	74,42
Comércio e compras	62,88
Diversões noturnas	58,54
Transportes urbanos	29,67
Serviços de táxi	42,58
Segurança pública	34,96
Limpeza urbana	17,41
Serviços de comunicação	76,30

Fonte: Dados da Bahiatursa citados em BAHIA, An & dados CEI, V.2, n. 3, 1992.

3.3 GASTOS DO GOVERNO ESTADUAL EM TURISMO

Com base nos dados da tabela 2 verifica-se a partir de 1987 uma tendência declinante do fluxo turístico em Salvador, que SILVA (1991), atribui aos seguintes fatores⁽⁴⁾:

- desinteresse governamental da gestão 1987-1990 pelo turismo;
- aprofundamento da crise social e econômica na gestão Sarney;
- aceleração inflacionária;
- aceleração do processo recessivo em função da política econômica efetuada no Governo Collor;
- deteriorização da ação estatal na atividade econômica como um todo, e em particular na atividade turística;

A tabela 6, a seguir, confirma o que foi dito acima, pois nota-se um decréscimo nas despesas do governo, através da Bahiatursa, com promoções turísticas no mesmo período. Em 1989, estes gastos caíram em termos reais para 18,5% dos valores de 1985. Decresce ainda mais em 1990, registrando o menor índice de 15,9%. Nos anos subsequentes, as despesas com promoções se recuperaram chegando em 1992 com o maior índice no período analisado 117,3%. Estes dados, quando confrontados com os da tabela 2, permitem observar que os acréscimos nas despesas do governo com promoções turísticas foram responsáveis pelo correspondente aumento do fluxo turístico em Salvador.

(4) Vide pág. 19

TABELA 6
 DESPESAS COM PROMOÇÕES TURÍSTICAS (BAHIATURSA)
 SALVADOR - 1985/1992

ANOS	VALOR DAS DESPESAS	ÍNDICE PARA 1985 = 100
1985(1)	2.583	100,0
1986(1)	2.288	88,6
1987	943	36,5
1988	873	33,8
1989	478	18,5
1990(2)	411	15,9
1991(2)	1.022	39,5
1992(2)	3.034	117,3

Fonte: BAHIA: Novas fronteiras do turismo/Fundação CPE,1991

Notas: (1) - Exceto despesas referentes ao Projeto de valorização da Orla Marítima.

Obs: Valores deflacionados pelo IGP-DI e convertidos para dólares à taxa de 1989 = 2,828 para venda

(2) - SILVA,1993.

Entre os reflexos da redução de gastos, observa-se as condições de infra-estruturas ligadas direta e indiretamente ao Setor, como a limpeza urbana, a segurança e o serviço de transporte coletivo, que foram os aspectos avaliados como negativos e responsáveis pelo declínio do fluxo (5).

De acordo com SANTOS (1990,p.23), o decréscimo do fluxo, nesse período, está associado ao "abandono administrativo do patrimônio histórico e à baixa consciência turística e profissional por parte daqueles que oferecem serviços aos visitantes".

(5) Vide pág.29

A partir de 1991, o Governo do Estado, passou a assumir uma nova postura de gastos para melhor explorar o potencial turístico de Salvador. Permitindo, assim, uma compensação em termos da captação de maior fluxo e renda gerada pelo setor. Na área de promoção, através da Bahiatursa, foram realizados:

- captação de vôos "charters" e regulares, junto aos principais pólos emissores nacionais e estrangeiros, apresentando como resultado o acréscimo de 195 pousos e decolagens no Aeroporto Dois de Julho;
- promoção de 145 eventos internacionais, dirigidos aos agentes de viagem e empresas, objetivando reativar os mercados tradicionais;
- promoção de 10 eventos no Estado, entre os quais o XIX Congresso da Associação Brasileira de Agências de Viagem - ABAV, reunindo mais de seis mil participantes do Brasil e exterior;
- desenvolvimento de ações junto aos agentes de viagens para implementação do programa de Cruzeiros Marítimos na Costa baiana.

Os resultados dos trabalhos de promoção fizeram-se sentir mais diretamente no fluxo global, que evoluiu 11% em relação a 1990. Se comparado o período de 03/12/91 com igual período do ano anterior, verifica-se um crescimento de 16,9%.

Fazendo parte de uma política de gastos para a recuperação do fluxo turístico, o Governo do Estado, investiu muito no período de 1991-92, em obras de restauração, conservação e infraestrutura básica do Centro histórico - Pelourinho, Centro de Convenções, Terminal Marítimo e Parque Metropolitano do Abaeté, investimentos estes que contaram com os recursos do Estado, IPAC e CONDER, conforme ilustra a tabela abaixo.

TABELA 7
INVESTIMENTO DO GOVERNO DO ESTADO EM OFERTA TURÍSTICA
1991 - 1992 (Valor em US\$-mil)

Reforma do Terminal Marítimo	100
Reforma do Centro de Convenções	15
Recuperação do Centro Histórico - Pelourinho	12
Recuperação da Parque Metropolitano do Abaeté	10

Fonte: CONDER - Relatório Anual de Atividades - 1992.

Todo o esforço, em termos de investimentos financeiros, foi somado ao Projeto de revitalização comercial, artística e cultural do patrimônio histórico, sendo de grande importância portanto para o turismo e para a cidade de um modo geral, a valorização do Centro Histórico. Este trabalho, entretanto, deveria ser permanente, para que os investimentos de hoje não venham a ser prejudicados.

O Centro de Convenções sempre representou uma alternativa para reduzir a sazonalidade do fluxo durante o ano e sua re-

forma constituiu-se em mais uma estratégia de investimento realizado pelo Estado.

Estimulou-se uma política de eventos, empreendida pela Bahiatursa, de natureza: artística, cultural, profissional, empresarial e esportiva, concedendo-lhes apoio técnico, financeiro e promocional, divulgação da cidade através da promoção de eventos realizados no Brasil e exterior, como amostra e comercialização de artesanatos, de culinária, apresentação de espetáculos folclóricos e da distribuição de folhetos e cartazes. Tudo isso representa investimentos, que se bem coordenados, conservam a imagem da cidade do Salvador como atividade turística. Portanto, é necessário que não estejam dissociados das obras de recuperação e melhoria da infra-estrutura urbana as quais não só priorizam a atividade turística, bem como proporcionam bem-estar à população local.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como referencial a segunda metade da década de 80, considera-se 1986 como o ano de maior desempenho do turismo receptivo em Salvador, em termos de fluxo e de receita turística. Este auge, deveu-se ao "sucesso" do Plano Cruzado e, portanto, permitiu que a classe média viajasse. A estabilidade econômica se insere neste contexto quando se considera que o turista nacional, possui maior participação no fluxo global 89% contra 11% do turista estrangeiro (tabela 2), que revela o expressivo potencial do turista nacional.

Contudo, deve-se buscar desenvolver estratégias, que promovam a captação de turistas estrangeiros, porque além de se tratar de poder aquisitivo, relativamente mais elevado, estimula o aumento da receita turística através dos seus gastos e representa o ingresso de divisas.

O declínio dos indicadores (fluxo e renda) indica a tendência negativa do turismo receptivo, no período de 1987 a 1990, que, segundo alguns autores, deveu-se à falta de atenção dos governos - estadual e municipal -, principalmente no que se referiu aos problemas de infra-estrutura urbana de Salvador. A mesma opinião partiu da avaliação efetuada pelos Agentes de Viagem e Empresariado de hotéis, durante o XXXII congresso Nacional,

realizado em Salvador, que atribuíram à crise as péssimas condições de higiene das vias públicas, mal policiamento e precários serviços de transportes coletivos.

Como foi observado na tabela 6, verificou-se um refluxo nas despesas do governo com promoções turísticas, o qual sinalizou o descaso do governo pela atividade turística em Salvador. Analisando a crise no segmento hoteleiro, onde os seus efeitos foram mais acentuados, verificou-se, também, uma participação no fluxo médio global pouco expressiva 35%, comparativamente ao segmento extra-hoteleiro que abarcou os 65%. A participação média no fluxo global do turista nacional permaneceu mais elevada, 91% contra 9,5% do turista estrangeiro.

A recuperação do turismo receptivo voltou a ocorrer nos anos de 1991-92, atingindo índice de crescimento "record" de 117,3%, quando o Governo do Estado volta a investir mais significativamente em promoções turísticas. Este fato evidencia o papel do Estado, o que pode se caracterizar através dos gastos em infra-estrutura e propaganda turística, como um Estado planejador.

Segundo comparação dos resultados das seis últimas pesquisas realizadas pela BAHIATURSA, os turistas, em sua grande maioria, (mais de 52% dos nacionais e aproximadamente 90% do estrangeiros) visitam Salvador motivados pela busca de lazer. Isso leva a pensar sobre quais as opções de lazer e equipamentos deve-

rão ser colocadas (em melhores condições) para os visitantes. Não devendo, no entanto, resumir-se, apenas nas praias, mas que se buscasse fomentar a iniciativa privada neste sentido, que deve ser, inclusive, a parte mais interessada, por ser, justamente, a que mais se beneficia com os resultados da dinâmica deste Setor.

Em termos de infra-estrutura hoteleira, a cidade do Salvador é bem equipada, situando-se no primeiro parque hoteleiro no Nordeste e terceiro do País. Segundo SILVA (1993), a cidade conta com uma rede composta de 5 hotéis cinco estrelas, 7 quatro, 19 três, 11 duas e 5 uma estrela, correspondendo a cerca de 4.000 unidades habitacionais (UH's) e aproximadamente 8.000 leitos.

Contudo, a taxa de ocupação hoteleira ainda é relativamente baixa, em média 54,5% ao ano e bastante sazonal. A permanência média dos meios de hospedagem classificados é de nove dias, situando-se em torno de oito para turista estrangeiro e nove para nacional⁽⁶⁾. O turista hoteleiro apresenta uma estada média de cinco dias e o extra-hoteleiro de onze, segundo SILVA, (1993, p.60)

O desenvolvimento do turismo deve representar o equilíbrio entre a preservação do meio ambiente, os valores culturais e a promoção social da população local. O grande patrimônio da oferta turística é a manutenção das condições ecológicas, históricas e culturais, capaz de atrair o turista, cabendo como atribuição do Estado a fiscalização da preservação e uso racional.

(6) Meios de hospedagem classificados são aqueles registrados pela EMBRATUR, através da DANHATURSA.

Reconhece-se neste estudo, a importância econômica do turismo e a necessidade da ação do Estado como planejador e incentivador, ressaltando-se, no entanto, que sejam priorizados os investimentos que tragam soluções para os problemas sociais da população local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRILLAGA, José Inácio de. Introdução ao estudo do turismo. Ed. Rio, Rio de Janeiro-RJ, 1976.
- BAHIA terá recursos do BID para investir em turismo. A TARDE, Salvador-Ba, 11 de março de 1992.
- BAHIATURSA. Avaliação comparativa de desempenho. Turismo em Salvador-1992. Salvador-Ba. Gerência de Estudos econômicos, fev.1993, 42p.
- BARRETO, Margarita. Planejamento e Organização em Turismo. São Paulo-SP, Coleção Turismo, 1991.
- BURMAN, Grazia e PROSÉRPIO, Renata. Turismo em Salvador. Salvador-Ba, Fundação CPE-Série Estudos e Pesquisas. N.10, 1989.
- CASTELLI, Geraldo. Turismo: atividade marcante do século XX. Rio Grande do Sul, Assoc. Ed. Universitárias da Região Sul, 1ª Edição, 1986.
- CONDER. Relatório Anual de Atividades. Salvador, 1992.
- COSTA, Alfredo C. Macedo. Algumas Reflexões sobre o Turismo na Bahia. Salvador-Ba, Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

- FUSTER, Luís Fernandez. Teoria y técnica del turismo. Madrid-Espanha, Ed. Nacional, 1974.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo. Rio de Janeiro-R.J, Ed. Civilização Brasileira, 1989.
- LEITE, José Romero Rodrigues. Turismo e Segurança. RECIFE - PE, EMPETUR - Coleção Turismo e Desenvolvimento, 1986.
- MILONE, Paulo César. Economia do Turismo. Campinas-SP, Coleção Turismo, 1991.
- PALOMO, Manuel Figuerola. Teoria económica del turismo. Madrid Espanha, Ed. Alianza, 1985.
- PAZ, Raul José. O Turismo na Economia da Região Metropolitana de Salvador. Salvador-Ba, CENPES, out. 1986, (mimeo).
- PORTO FILHO, Ubaldo Marques. Turismo: realidade baiana e nacional. BIGRAF, 1976
- PROSÉRPIO, Renata. Turismo na Bahia. BAHIA, An. & Dados. Salvador, CEI, v.2, n.4, março/93.
- RABAHY, Wilson A. Planejamento do Turismo. São Paulo-SP, Ed. Loyola, Estudos Econômicos e Fundamentos Econométricos, 1990.

- SANTOS, Graciela. Turismo e Relações Públicas. Salvador-BA. CE-PA/UNEB, 1991, .75p.
- SILVA, Jorge Antonio Santos. O desempenho do turismo em Salvador na década de 80: a relevância da ação do Estado. Salvador-Ba, 1991 (mimeo) 253p. (tese de mestrado em Administração)
- Turismo em Salvador - 1992: Uma avaliação de desempenho. Turismo em Análise. São Paulo-SP, Deptº de Relações Públicas, v.4, n.1, maio/1993.
- O Turismo no Cenário Nacional. BAHIA. An. & Dados. Salvador CEI, v.2, n.4, março/1993, p.67-69.
- O turismo e seus mitos. BAHIA. An. & Dados. Salvador-Ba CEI, v.1, n.3, dez. 1991, p.78-81.
- SUAREZ, Marcus Alban. Salvador: Uma alternativa pós-industrial - cultura, turismo, alta tecnologia. Salvador-Ba, Fundação CPE, 1990.
- WANAB, Salah-Eldin Abdel. Introdução à Administração do Turismo (alguns aspectos estruturais e operacionais de turismo internacional), teoria e prática. São Paulo - SP, Ed. Pioneira, 1977.

Ficha nacional de registro de pedestres - FNRPII (modelo)

GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
FICHA NACIONAL DE REGISTRO DE PESTRES

ANEXOS

PLEASE USE BALL POINT AND GROSS LETTERS

NOME COMPLETO		MUNICÍPIO		ESTADO	
NOME DO PAI		MUNICÍPIO		ESTADO	
NOME DA MÃE		MUNICÍPIO		ESTADO	
DATA DE NASCIMENTO		MUNICÍPIO		ESTADO	
LOCAL DE NASCIMENTO		MUNICÍPIO		ESTADO	
NOME DO ENDEREÇO		MUNICÍPIO		ESTADO	
NÚMERO DO ENDEREÇO		MUNICÍPIO		ESTADO	
CATEGORIA DE REGISTRO		MUNICÍPIO		ESTADO	
DATA DE REGISTRO		MUNICÍPIO		ESTADO	
LOCAL DE REGISTRO		MUNICÍPIO		ESTADO	
ASSINATURA		MUNICÍPIO		ESTADO	
DATA DA ASSINATURA		MUNICÍPIO		ESTADO	
LOCAL DA ASSINATURA		MUNICÍPIO		ESTADO	

FICHA NACIONAL DE REGISTRO DE PESTRES - FNRPII (modelo)

ANEXO 3

PERMANÊNCIA MÉDIA MENSAL, NOS MEIOS DE HOSPEDAGEM
CLASSIFICADOS (1)
SALVADOR - 1985/1992

MÊS	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
JANEIRO	3,9	3,9	3,9	3,5	3,7	3,7	3,8	3,9
FEVEREIRO	4,0	3,7	3,8	3,8	3,8	4,0	3,8	3,7
MARÇO	3,6	3,6	3,8	3,5	3,4	3,5	3,3	3,6
ABRIL	3,8	3,3	3,5	3,6	3,1	3,4	3,4	3,6
MAIO	3,7	3,5	3,5	3,5	3,0	3,1	3,4	3,4
JUNHO	3,5	3,6	3,4	3,5	3,0	3,1	3,3	3,7
JULHO	3,9	3,7	3,6	3,4	3,5	3,5	3,6	3,8
AGOSTO	3,5	3,4	3,4	3,4	3,3	3,4	3,3	3,6
SETEMBRO	3,6	3,5	3,5	3,4	3,2	3,3	3,3	3,6
OUTUBRO	3,8	3,6	3,5	3,2	3,1	3,3	3,4	3,6
NOVEMBRO	3,7	3,4	3,6	3,4	3,4	3,3	3,4	3,7
DEZEMBRO	3,5	3,8	3,7	3,4	3,3	3,2	3,5	3,8
MÉDIA	3,7	3,6	3,6	3,5	3,3	3,4	3,5	3,6

Fonte: Bahiatursa/BOH, Dados citados em BAHIA, An & Dados, V.2, n.4, 1993.

Nota: (1) Incluso o Club mediterraneo de Itaparica.

ESTABLISHED BY ACT OF PARLIAMENT IN 1801

BY THE ACT OF PARLIAMENT IN 1801